

Reinterpretar o nazismo para pensar o contemporâneo: algumas pistas*

Gérard Rabinovitch

RESUMO

Durante muito tempo, na literatura psicanalítica, o texto de S. Freud “Psicologia de grupo e análise do ego” parecia o mais indicado para nos servir de guia para compreender este *não-pensado* que foi o acontecimento nazista. O autor aqui convida a uma outra abordagem. Partindo de **O mal-estar na civilização** e do alerta freudiano sobre a questão da agressividade, ele propõe que se tente identificar o “código criminal”, o “traço bárbaro” do nazismo, buscando as homologias estruturais entre o mundo do crime (gangsters, máfias, “sociedade dos amigos do crime” – Sade) e o nazismo. A partir de seus *modus operandi* e de suas maneiras de “ser no mundo”.

Palavras-chave: Máfias; Nazismo; Heroicização da violência; Traço bárbaro.

Dá para acreditar que se pode combater a barbárie bancando o anjo?
Seria como querer defender-se de um golpe de espada
com o punho nu. (Bertold Brecht)

A LIÇÃO POLÍTICA DE FREUD

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelas pulsões humanas de agressão e autodestruição (Freud, 1929, p. 170).

Como já sabemos, o problema que temos pela frente é saber como livrar-nos do maior estorvo à civilização, isto é, a inclinação, constitutiva dos seres humanos, para a agressividade mútua (Freud, 1929, p. 167).

* Traduzido do original por Nina de Melo Franco.

• Texto recebido em julho de 2002 e aprovado para publicação em setembro de 2002.

Surpreende-me menos, pois as criancinhas [aqueles que preferem os contos de fadas] não gostam quando se fala na inata inclinação humana para a “ruindade”, a agressividade, a destrutividade e também a crueldade (Freud, 1929, p. 142).

Que a educação dos jovens, nos dias de hoje, lhes oculta o papel que a sexualidade desempenhará em suas vidas não constitui a única censura que somos obrigados a fazer contra ela. Seu outro pecado é não prepará-los para a agressividade da qual se acham destinados a se tornar objetos. Ao encaminhar os jovens para a vida com essa falsa orientação psicológica, a educação se comporta como se se devesse equipar pessoas que partem para uma expedição polar com trajes de verão e mapas dos lagos italianos (Freud, 1929, p. 158).

Parece, desde muito tempo, que jamais esgotaremos os conteúdos dos ensinamentos da prosa, às vezes quase aforística, de **O mal-estar na civilização**, um texto-farol, texto-baliza, momento salomônico da construção da psicanálise, que subverte a concepção idealista-idealizante que sustentou a marcha do Ocidente em direção à democracia e que coloca em xeque todo o edifício de suas ferramentas normativas ético-comportamentais.

Mas se, como escreveu Goethe, “os acontecimentos futuros projetam suas sombras antes deles”, podemos então sustentar que **O mal-estar na civilização**, escrito em 1929, constitui igualmente um texto de alerta político, um desses “anunciadores de incêndio”, segundo a expressão cara a Walter Benjamin.

Aceita-se freqüentemente, por uma denegação tímida ou por falta de atenção, que Freud nada dizia sobre política. Mas, ao mesmo tempo, fica patente que ele se expressou a respeito de todas as questões da política que trazem questionamentos implícitos ou explícitos ao exercício da democracia: a sugestibilidade das massas, o laço social, o interdito, a decisão política, a agressividade etc. As intervenções políticas de Freud – e talvez aí resida um dos motivos de sua não legibilidade imediata –, todas matizadas por prudência aristotélica e uma precaução spinozista, deram-se além do estritamente clínico e aquém das querelas de partido. Exploraram o que se trama nesse “entre dois”, que é a trama subentendida nas questões da ação política nas sociedades democráticas. Somente esse motivo já interessaria a qualquer estudioso da sociologia ou da filosofia política ciente dos entraves, dos descaminhos e dos impasses mostrados nos textos sociais, sem a ingenuidade de encobri-los com um véu de aparências enganosas.

Mas o admirável em **O mal-estar...** e que literalmente funciona como lição é que Freud está menos preocupado, naquele instante, em denunciar e inventariar as manifestações contemporâneas tangíveis ou sutis da agressividade natural por ele invocada. De maneira surpreendente, escolhe apontar com insistência, quase martelando, a cegueira da moral normativa que acompanha a democracia no que se refere à realidade incurável dessa agressividade.

“Encontramo-nos diante da evidência dos fatos, como os morcegos diante da luz do dia”, já constatava Aristóteles em sua **Metafísica**. Há uma ética do argumento retórico em **O mal-estar na civilização** que consiste em enfatizar que o perigo principal para a civilização, que o defeito maior na política residem na incapacidade de estarmos vigilantes

às potências virtuais de destruição presentes no homem, em nossa inaptidão para constatar as irreprimíveis investidas dessas potências com o intuito de burlar os obstáculos que o trabalho de civilização lhes opõe, na incapacidade de encarar suas irresistíveis propensões a cavar passagens nas próprias perversões que esses obstáculos escondem e que não demoram a escancarar. Mais ineficácia ainda, explica Freud, é recusar a virtualidade dessas potências de destruição em nome de um ideal que, na prática, não resiste ao mal, esse que Kant qualificava de “mal radical”. Com isso, ele inicia um ataque em regra contra os pilares da normatividade em que a democracia se sustenta: o amor, a consolação, a remissão dos pecados, a educação “beata” edificante.

Não podemos deixar de estremecer ao ler o comentário de Freud, em 1929, sobre o “Ama ao próximo como a ti mesmo” (Freud, 1929, p.130, 132, 168), ou pior, diz ele, “ainda mais revoltante”, sobre o “Ama teus inimigos”. Ou quando confrontamos seu comentário ao estado de espírito dos dirigentes ingleses, esses grandes sacerdotes da política de apaziguamento, na época da ascensão do nazismo. Stanley Baldwin, por exemplo, parabenizava os que se opunham a uma política de hostilidade aos nazistas no poder: “Sempre soube que vocês eram cristãos!”. A viúva do primeiro-ministro Alquith explica as bases da política de apaziguamento: “Tínhamos que responder ao ódio com o amor cristão. Só há uma maneira de preservar a paz no mundo e vos verdes livres de vosso inimigo: é vos entendendo com ele, e quanto mais vil ele for, mais se torna indispensável combatê-lo com outras armas” (Manchester, 1990, p. 110). Há ainda aquela conclusão que Neville Chamberlain, co-signatário dos “Acordos de Munich”, acreditava, no fim da vida, ainda poder sustentar: “Tudo teria se passado muito bem se Hitler não nos tivesse mentido”.

Assim, se a hipótese do instinto de morte ocorreu a Freud após a guerra 14-18, a sua insistência sobre a agressividade em **O mal-estar na civilização** tem o efeito de um pressentimento. Se esse texto pudesse ser uma referência incontornável para o futuro das ciências políticas e se, tal como o *Kohelet* salomônico, permanece intocável em sua preditividade, é porque, além da teoria clínica nele retomada e desenvolvida, a teoria das duas pulsões de vida e de morte (heterogêneas entre si, mas geralmente inseparáveis), Freud aí apontava a condição primordial para se evitar o que se tramava e se tornaria inelutável em breve espaço de tempo: a necessidade imperativa de se levar em conta o indestrutível poder mortífero que reside na espécie humana. Eminentemente pensador do mundo político, Freud se aproxima então do grande clínico da política no Ocidente: “É preciso que o legislador suponha de antemão que todos os homens são maus e que estão prontos a usar de sua maldade em todas as oportunidades que tiverem” (Maquiavel, **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio**).

Como último eco ao “mal-estar na civilização”, Freud nos deixará, em **Moisés e o monoteísmo**, esta última indicação: “Vivemos um tempo particularmente curioso. Descobrimos com surpresa que o progresso concluiu um pacto com a barbárie”.

Buscar o traço bárbaro que assombra a modernidade, segundo a indicação de Freud, convida-nos a fixar nossa atenção nas figuras da agressividade nazista. Discernimos aí então um código criminal que não é exclusivo do nazismo, mas que ele levou ao pa-

roxismo, instalando-o no mundo político, servindo-se da máquina do Estado e do conjunto dos dispositivos de regulação técnico-moderna e administrativa para transformá-los em instrumentos de assassinato em massa.

Pelo menos uma pessoa tinha identificado, logo de saída, esse código criminal de maneira não metafórica, mas literária. Trata-se de Bertold Brecht, em **A resistível ascensão de Arturo Ui**, obra muitas vezes louvada por sua performance de *agit-prop* (agitação e propaganda), o que não é tão correto, por seu efeito de verdade.

Do mesmo modo, alguém mais o havia confirmado, além do possível e antes da guerra, por ter freqüentado por um momento os nazistas, alguém que não foi ouvido a tempo. Trata-se de Hermann Rauchning, cujo testemunho **Hitler m'a dit** (Hitler me disse) e o ensaio **La révolution du nihilisme** permanecem como fontes de primeira importância, de resto constantemente ocultadas, na proporção dessa importância.

Na verdade, vários outros autores e testemunhas de referência nos dão as mesmas indicações: Robert Antelme, Primo Levi, Hermann Langbein, Eugen Kogon, Golo Mann, Franz Neumann, Joseph Kessel, Douglas Sirk, Klaus Mann, Ernst Bloch, Leo Strauss. Nenhum deles deixou de comparar, formal ou indiretamente, os nazistas aos gângsteres.

É bem razoável lhes dar crédito. E não desprezar suas intuições jamais entendidas, embora repetidas e resultantes da experiência vivida, colocando-as na lista das analogias formais ou polêmicas. Ao contrário, temos que passar dessas intuições ao trabalho científico de identificação das eventuais homologias estruturais entre o *modus operandi* ou “condutas de vida”, no sentido clássico weberiano, e o *know-how* específico dos meios marginais e dos nazistas.

Para tanto, encontramos recursos na sociologia de tradição weberiana e na filosofia crítica, cujos fundamentos foram colocados pela Escola de Frankfurt, e ainda nas vias abertas por Erwin Panofsky, baseadas numa concepção da cultura como um conjunto de esquemas mentais fundamentais previamente assimilados (cf: **Architecture gothique et pensée scolastique**).

Também encontramos tais recursos na escuta clínica do social e do cultural, através da via aberta pela psicanálise. Não pelo fato de esta oferecer uma grade interpretativa que poderia resultar no risco reducionista que, às vezes, a “psicanálise aplicada” comporta, mas por sua qualidade de disciplina paradoxal, tal como identificada por Pierre Legendre (cf: **La société comme texte**). Disciplina paradoxal, na medida em que “a psicanálise é construída em torno de um objeto de estatuto negativo, ou seja, que só pode ser compreendido através de seus efeitos”. O seu benefício imediato para um trabalho de inteligibilidade consiste em nos proteger, se possível, do reducionismo positivista.

Esses recursos estão, enfim, na necessidade imperativa de uma ruptura com a tendência pregnante do *standard* sociológico, que é a política de confundir a figura do **Leviatã** com a do **Beemoth**.¹ Confusão que sustenta toda a ideologia antiautoritária, desde a Se-

¹ Retomamos aqui a distinção estabelecida por Hobbes.

gunda Guerra Mundial. Ora, nesse *prêt-à-penser* se perde a distinção indispensável entre a opressão injusta e a coação justa.

No melhor da indistinção entre o **Leviatã** e o **Beemoth**, encontramos hoje o ensaio do historiador Ian Kershaw, em seu livro **Hitler**. O autor aí baseia sua interpretação na análise weberiana da personalidade carismática.

Caricaturando essa obra, encontramos o pequeno ensaio de Eyal Sivan e Rony Brauman, **Éloge de la désobéissance**. Esse ensaio é um complemento à sua montagem de trechos da gravação do processo de Eichmann, exibido nas salas de cinema sob o título **Un spécialiste**. Convocando Stanley Milgram e seus experimentos comportamentalistas, e tomando o comentário de Hannah Arendt sobre o processo de Eichmann em Jerusalém, esses dois autores erigem Eichmann como uma figura emblemática do espírito nazista.

Pela coerência de sua argumentação, creditam a Eichmann ter, sem dúvida, “interiormente desaprovado” (é assim que o dizem) o extermínio do qual foi o mestre-de-obras técnico. Dessa maneira, apresentam seu documentário como uma forma de ensaio político sobre a obediência. Obediência cujas devastações, segundo seus próprios termos, é preciso denunciar até mesmo em nosso círculo familiar.

É assim que os autores chegam a desenhar o que lhes parece ser o traço essencial do nazismo. Eles se deixam “imaginar” (passo a citá-los) “a engenharia social dos nazistas como uma gigantesca experiência de Milgram, tomando a sociedade européia por laboratório”.

Nenhuma dúvida de que o nazismo foi uma constelação criminoso e não é com Eichmann que chegamos ao seu cerne, nem mesmo ao essencial, apesar de nele encontramos uma de suas modalidades. Mas o que Hannah Arendt poderia ter-nos feito pensar, tão magistralmente quanto o fez em relação a Eichmann, se a História tivesse permitido que, no lugar do criminoso de escritório, os serviços secretos israelenses tivessem tido a oportunidade de prender Himmler, Goebbels ou Mengele? Eis algo que, aparentemente, não tocou esses autores.

Considero de direito supor que a lição de Hannah Arendt teria sido completamente diferente diante de questões esclarecidas num processo que julgasse outros criminosos emblemáticos do nazismo.

Goebbels, por exemplo: orquestrador da propaganda nazista, mas igualmente domesticador das massas, através da indústria midiática dos prazeres narcotizantes. Em um discurso de 1936, quando da inauguração da exposição do rádio, ele dava as premissas de um bom programa: uma mistura de incitações, de descontração e de divertimentos. Sob suas ordens, a música de divertimento passou a ocupar setenta por cento do tempo de emissão. Enquanto isso, o **Berliner Illustreirte Zeitung** (o **BIZ**), principal órgão popular nazista, mantinha uma linha editorial explícita: nada de política, mas astros internacionais do esporte, do cinema, da moda e da música, pequenas alegrias particulares e grandes catástrofes naturais (cf. Reichel, 1993).

Himmler também. Ex-engenheiro agrícola, de início gerente comercial de uma empresa de criação de frangos, líder de um movimento de juventude camponesa, protagonista, com Rosemberg e Darré, do culto “sangue e solo” e ordenador dessa espécie

de inversão do processo de civilização preconizado pela *Akeda* (o sacrifício proibido de Isaac). Inversão pela qual, nos moldes do tratamento submetido ao animal, ou seja, da seleção da criação e do abate em série, teria início o modelo de tratamento industrial do homem. A esse respeito, não poderíamos dissociar o programa T4 de eliminação dos deficientes físicos e os *haras humanos* do *Lebensborn*, a política de extermínio da qual são a outra face.

Mengele, igualmente encarnação emblemática dos médicos nazistas e de suas fúrias sádicas.

Permanecemos, assim, intelectualmente órfãos daquilo que nos poderia ter sido ensinado sobre um ou outro desses criminosos. Observaremos, então, de passagem, como um indício eloqüente por sua ausência, que nenhuma vez, no desenvolvimento de seus comentários, tenha aparecido, em contraponto ao criminoso administrativo, a evocação da figura do justo.

Teriam eles pressentido que o justo encarna um desmentido de seu lirismo? Pois o justo é a encarnação – com seus perigos – da obediência ao apelo que vem do desespero do perseguido e a uma ética holística, distante do triunfo das morais individualistas. Contrariamente ao que acreditam ter entendido a partir de sua vulgata libertária, a questão da obediência não é, no que diz respeito à identificação do nazismo, a questão crucial, ainda que esteja, inegavelmente, a ela associada.

Não é pela história das idéias que se chega ao código criminal do nazismo, mas por uma antropologia clínica dos costumes. Esse código nos leva até à subcultura mafiosa. Os sociólogos e os antropólogos que estudaram a subcultura da máfia tradicional (Pino Arlacchi, Herman Hess, Anton Blok, Francis Ianni, entre outros) identificaram alguns de seus traços. Lembremos, entre eles, o que nos ensinam os trabalhos de Pino Arlacchi (1986; 1992) a respeito da subcultura mafiosa: as regras de coragem, de astúcia, as ferocidades, as práticas de roubo e de fraude, a concepção real da honra, fundada na aptidão à violência homicida, a prática sistemática do duplo discurso, do engodo, o imperativo de subordinação, o estatuto das mulheres, a guerra de todos contra todos, a livre disposição sádica sobre os fracos e sem defesa, a ousadia, a hierarquia fundada na predominância do mais forte, do mais agressivo, do mais esperto... de tudo isso encontramos homólogos na *Schwarze Korps* (A “ordem negra”, a S.S.) e na *Schutzstaffel* (O “esquadrão de proteção” de Hitler, a S.S.): “Nos castelos de minha ordem, crescerá uma juventude que aterrorizará o mundo. Eu quero uma juventude violenta, despótica, destemida, cruel”, confiou Hitler a Hermann Rauschning (cf: **Hitler m’a dit**).

Também ao setor *Werewolf* (lobisomem) da S.S., especializado no terrorismo e no assassinato individual, ele exigia: “Vocês devem permanecer indiferentes à dor. Vocês não podem experimentar nem ternura nem piedade. Quero ver nos olhos de um jovem impiedoso o clarão de orgulho e de independência que leio no olhar de um animal em caça” (Brian Frost, 1973).

Ser membro da “honorable sociedade” significa ser um homem valoroso e orgulhoso, que despreza o risco, decidido a tudo, sem nenhum escrúpulo. O uso da violência

homicida é indispensável ao “homem de honra”. Chega a ser seu critério de iniciação. Uma acusação por lesões corporais significa que um jovem de honra distinguiu-se por sua arrogância e ousadia. E quanto mais grave o delito, maior será a consideração do grupo, que sempre sanciona positivamente a agressividade e a violência. A vitória obtida por quaisquer meios, na luta pela supremacia, é a única a decidir sobre o poder do mafioso. Os critérios de seleção da elite mafiosa são baseados no princípio da rivalidade sem perdão. Um nível elevado de agressividade, de solidez dos nervos, de inteligência, de ferocidade, de capacidade de tomar decisões rapidamente são as condições necessárias para dirigir uma gangue. Conseqüentemente, o princípio absoluto de subordinação é seu avalista único e temporário.

Disso decorre evidentemente que todas as vidas não têm o mesmo valor. A vida de uns vale menos que a de outros. Determinados homens podem ser mortos sem que isso seja um ato condenável. O corolário é “a bondade fingida, a condescendência, a gentileza como armadilhas insuspeitadas e mortais para os ‘recalcitrantes’, os ‘infames’ e os ‘indignos’”. É o que define a relação com os homens comuns e os inimigos. Constatação similar é feita por Varlam Chalamov, escritor do Gulag, a respeito dos meios marginais em seus **Essais sur le monde du crime**: “A mentira, a falsidade, a provocação ao estranho – mesmo se a ele se deve a vida – tudo isso não só está na ordem das coisas, mas chega a ser um título de glória, uma lei da marginalidade” (Chalamov, 1993).

Essa liberação heroicizada da agressividade, da crueldade, da mentira e da perfídia como “ser no mundo” é idêntica à heroicização do super-homem apresentada pelo nazismo e que se encontra no centro do discurso de Hitler, de Goebbels, de Himmler etc. É a heroicização da S.S., na qualidade de guarda pretoriana, de corpo de elite à disposição do “núcleo” da “Nova Ordem”. A S.S. não é um apêndice periférico do poder nazista, encarregado de tarefas menores que o poder político clássico costuma delegar a marginais nas zonas cinzentas de seu exercício. Ela está no centro do sistema nazista de dominação. Isso é coerente com os princípios de seleção e promoção das elites e dos dirigentes do nazismo, com seu próprio “ser no mundo”.

Esse modo de “ser no mundo”, esse estado de conjuração permanente, como entende Rauchning, não é antinômico aos princípios de repressão de comportamentos não conformes. Assim, a máfia tradicional combaterá os ladrões, os bandidos, os vagabundos, os homossexuais, da mesma maneira que os nazistas os deportarão. Mas, se preciso, serão tomados como auxiliares: a máfia os utiliza na cidade, os nazistas nos campos de concentração. Evidentemente, o que as gangues mafiosas ou os “senhorios nazistas” condenam não é o roubo, o assassinato ou os comportamentos anti-sociais, mas a insubordinação ao poder.

Outra manifestação da heroicização da violência como “ser no mundo” é a violência muito peculiar à linguagem nazista: aviltamento, calúnias, insultos, infâmias, ataques verbais, ameaças. Tal como sua ironia cruel, como postura de júbilo: os campos de concentração, apelidados pelos nazistas de *Konzertlager*,² como mostra Eugen Kogon (1970,

² Jogo de palavras cínico, entre os nazistas, referindo-se ao campo de concentração como campo de concertos.

p. 441); a inscrição *Arbeit macht Frei* (o trabalho liberta) no portão de Auschwitz; a orquestra que acompanhava a chegada dos deportados; os deportados designados por vocábulos coisificantes como *stuck* (peças), *figuren* (bonecos), *schmattes* (panos de chão); o cão Barry, em Sobibor, treinado para mutilar os detentos e chamado de “homem”: “Homem, rasgue esse cachorro”. Ou até mesmo os eufemismos de sua linguagem codificada: “solução final”, “desinsetização”, “evacuação”, “tratamento especial”, considerados até hoje como parte de uma operação de dissimulação. E certamente também soa como sarcasmo o trajeto batizado de “caminho do céu”, que levava às câmaras de gás, por sua vez chamadas de “sala de ducha”.

“O riso de Hitler, conta Hermann Rauschning, nada mais é do que uma forma de insulto e de desprezo”. Essa afirmação combina com a seguinte declaração de princípio hitleriana: “A consciência é uma invenção judaica, ela é, como a circuncisão, uma mutilação do homem”.

No caminho da identificação do código criminal presente nas práticas mafiosas e nazistas, conviria perguntar se a vontade de fazer desaparecer os traços dos mortos nos campos de concentração é simplesmente decorrência da “industrialização da morte” ou uma ressonância do significado atribuído a essa vontade pelos mafiosos e marginais quando assim agem, ou seja, um sinal último de injúria e de desprezo. E ainda: se os dispositivos de neutralização e de sideração empregados pelos nazistas para deportar os judeus e levá-los às câmaras de gás não são equivalentes, em grande escala, ao alívio e à tranquilização da vítima já condenada, objetivando executá-la com mais segurança, sem gerar suspeitas por parte dela ou da opinião pública, como os mafiosos o fazem corriqueiramente. Segundo o relatório de um *Einsatzgruppen*,³ datado de 3 de novembro de 1941, “30.000 judeus se juntaram (assim que foram convocados) e, graças a uma organização extremamente bem concebida, não deixaram de acreditar em seu breve retorno, até o momento de sua execução”.⁴

³ Grupos de intervenção, tropas paramilitares encarregadas da exterminação *in loco* das populações judias e de militantes comunistas, à medida que os soldados alemães avançavam sobre o território soviético.

⁴ Deixamos aqui latente uma pista complementar – e não alternativa – no trabalho de identificação do código criminal, através do qual seria possível encontrar o traço bárbaro. Trata-se da pista dos *serial killers*, nos quais Joseph Strick, autor do documentário *Criminals*, constatava a mesma frieza, a mesma indiferença para com suas vítimas, tal como os nazistas levados aos tribunais. Os criminologistas acreditam ter identificado e construído um perfil, além das gêneses singulares de cada um desses criminosos, com os traços constantes em seu comportamento, através de suas vítimas. Estas apresentam freqüentemente critérios físicos semelhantes, são pessoas vulneráveis, simbolizam um ressentimento ou um fracasso. Não são vistas como seres humanos, mas como um objeto. A sedução é um momento crucial do processo de assassinato: o matador exulta com a idéia de burlar a vigilância de sua futura caça. As vítimas são, muitas vezes, o emblema do ódio sexual do qual são objeto: mulheres, prostitutas, homossexuais. Nesse caso, também, a analogia, em seus limites, com o que animou e fez agir coletivamente a criminalidade nazista em relação às populações judaicas, por mais trivial que possa parecer, não pode deixar de ser questionada, até que consigamos ultrapassá-la ou construir a lógica de sua estrutura.

O TRAÇO BÁRBARO

A “ideologia” nazista é, em seu conjunto, pouco significante. Um amontoado ideológico que faz uso da sugestão e do irracional, sua visão do mundo é uma mistura de ocultismo, de mitos pagãos, de milenarismo político, o que não faz dela uma doutrina com conseqüências criminosas. Mas sua roupagem semântica e narrativa mostra uma intenção criminosa primeira. A doutrina nazista colhe e reúne um aglomerado de enunciados de produções do século XIX que deixam suas marcas ideológicas na conjuração e no oportunismo niilista que a acompanha.

A técnica nazista do poder e seus comportamentos políticos são esclarecedores. A intimidação, a corrupção, a chantagem, a mentira, o engodo, a extorsão, o roubo, o comprometimento, a falsificação e o assassinato são seus padrões, combinados uns aos outros. Constituíram o *modus operandi* através do qual os nazistas, a um só tempo, garantiram sua dominação, levaram as massas ao estupor, derrotaram seus adversários, horrorizaram suas vítimas. O gangsterismo dos nazistas, diversas vezes evocado por testemunhas, não é uma metáfora grandiloqüente e excessiva, mas sua marca sociológica e polemológica. Está no centro da realização efetiva da *Shoah*, o holocausto que ele sozinho tornou possível.

O anti-semitismo, núcleo teológico-político do nazismo, foi também uma ferramenta estratégica de dominação, de corrupção, de desestruturação dos valores normativos do Ocidente cristianizado que caiu na armadilha de seu antijudaísmo secular. “Se o judeu não existisse, teria de ser inventado. Precisa-se de um inimigo visível e não somente de um inimigo invisível”, confiou Hitler a Hermann Rauschning. “Os povos que denunciavam seus judeus abandonam com eles sua maneira de viver determinada pelo falso ideal ‘judeizado’ de liberdade, do qual gozavam anteriormente”, declarou o chefe S.S., Dr. Bost, em 20 de julho de 1942.

Como observou Hannah Arendt, o anti-semitismo nazista nunca foi uma questão de nacionalismo extremo. Funcionou, desde o início, como uma Internacional, garantido pela complacência e pela cumplicidade vindas de fora das fronteiras do Reich. Julgamos vazio o debate entre os historiadores “funcionalistas” e os “intencionalistas”: saber se os nazistas tinham a intenção, por princípio, de exterminar os judeus ou se o objetivo do extermínio apareceu no meio do percurso, como uma direção única nascida das condições da guerra. A questão emergiu daquilo que pareceu uma racionalização técnica progressiva dos métodos e meios utilizados para a realização do *Endlösung* (a “solução final”). A lógica criminosa do gangsterismo psicocultural nazista continha em si uma estrutura de extermínio. As tentativas e erros observáveis de construção dessa estrutura não são o seu desmentido, mas sua cinética própria. Não são mais que a manifestação do traço de gozo que anima o nazismo: a heroicização da violência. Com isso, a decisão mais violenta, as “invenções” mais cruéis vão sempre suplantando as anteriores. O caos mortífero e patológico dos campos de concentração é testemunha disso.

A busca do traço bárbaro conduz ainda à Sociedade dos Amigos do Crime. Raphaël Draï, no final do segundo volume de *La communication prophétique*, pôde apontar, nas

logorréias sarcásticas dos líderes nazistas contra o Decálogo, a loucura hitleriana contra a lei bíblica. Busquemos esse traço em outros autores: vejamos, por exemplo, em Sade, como Saint-Fonds se vangloriava: “Eu ‘parricidava’, eu ‘incestuava’, eu assassinava, eu prostituía, eu sodomizava”. Aqui aparece a vontade de subverter, de deslocar os ensinamentos bíblicos, uma maneira de utilizar a matriz bíblica como um muro contra o qual se dá forma de linguagem ao desejo criminoso, forjando suas blasfêmias mortíferas contra a humanidade do homem.

Leiamos também as recomendações de Juliette a Madame de Donis, na quarta parte de sua **Histoire**. Aí encontramos o esboço de um possível breviário da S.S. em seu projeto de promover a *Shoah*. Estão ali recomendados: a apatia e a impassibilidade dos caracteres a endurecer, à custa da multiplicação de obrigações; o saque e a espoliação sistemática das vítimas; o redobramento das precauções e da dissimulação, proporcionais à atrocidade dos crimes; o bom uso dos locais retirados, fora da cidade, para cometê-los.

Examinemos ainda o preâmbulo do estatuto da Sociedade dos Amigos do Crime, em sua terceira parte: “A sociedade usa a palavra ‘crime’ para conformá-la aos usos atribuídos, mas declara que não designa como tal nenhuma espécie de ação, qualquer que seja (...). Ela aprova tudo, legitima tudo e vê como zelosos seguidores aqueles que, sem nenhum remorso, cometeram a maioria dessas ações vigorosas que os idiotas têm a fraqueza de chamar crimes”.

Escutemos agora a ressonância disso no que Hitler confiou a Hermann Rauschning: “A própria palavra ‘crime’ é uma remanescência de um mundo passado. Eu só faço distinção entre atividade positiva e atividade negativa. Qualquer crime, no antigo sentido do termo, ainda é um ato de maior valor do que a imobilidade burguesa”.

Evidentemente, se a noção de crime é apagada, então qualquer escritorzinho da administração burocrática do Estado poderá ser transformado em oficina criminoso.

Podemos comparar o manual informal libertino de traição de todos por todos, na **Histoire de Juliette**, com o projeto do partido nazista, visto como confraria de predadores, no capítulo 16, intitulado “Enriquecei-vos”, do livro **Hitler m’a dit** de Rauschning. Os dois são muito parecidos. E notemos esse ponto de extrema semelhança naquilo que Hitler dizia a Rauschning: “Temos razão em especular mais a respeito dos vícios que das virtudes do homem. A Revolução Francesa apelou para a virtude. Vale mais a pena fazermos o contrário”.

Continuemos ainda, com a **Philosophie dans le boudoir**, em que Dolmancé fala a Eugénie: “De qualquer maneira, os atos que podemos cometer contra nossos irmãos se reduzem a quatro principais: a calúnia, o roubo, os delitos que, causados pela impureza, podem atingir desagradavelmente os outros, e o assassinato. Todas essas ações, consideradas crimes capitais em um governo monárquico, seriam consideradas tão graves em um Estado republicano?”. E ainda:

Nas repúblicas da Grécia, examinavam-se atentamente todas as crianças que vinham ao mundo e, caso não fossem consideradas aptas a poder um dia defender a república, eram imediatamente imoladas: ali não se julgava essencial construir casas ricamente aparelhadas

para conservar essa vil escória da natureza humana. (...) É preciso esperar que a nação acabe com essa despesa que é a mais inútil de todas; todo indivíduo que nasce sem as qualidades necessárias para um dia tornar-se útil à república não tem nenhum direito de conservar sua vida, e o que se pode fazer de melhor é tirá-la dele, no momento em que a recebe.

Isso porque, ainda segundo Dolmancé, “o que há de perigoso, no mundo, é a piedade e as boas ações; a bondade não passa de uma fraqueza, da qual a ingratidão e a impertinência dos fracos forçam as pessoas honestas a se arrependerem”.

Seria absurdo deduzir o nazismo das impetuosidades literárias do Marquês de Sade. Mas, mesmo sendo ambos incomensuráveis, seria insensato deixar passar os indícios dessa contigüidade. Neles encontramos traços de uma mesma paixão mortífera, que designa esquemas mentais análogos. Indicam também que não são tão variados os algoritmos e os dispositivos, as maneiras de proceder e as exaltações de violência heroicizada do código criminal. “Os vícios privados, em Sade, como comentaram, desde 1944, Max Horkheimer e Theodor Adorno, são a historiografia antecipada das virtudes públicas da era totalitária”.

Através da justaposição da subcultura mafiosa, do nazismo e da impetuosidade sadiana, descobre-se lentamente o código criminal: uma paixão pela pilhagem, um deleitar-se com a duplicidade, o júbilo pela destruição das pessoas vulneráveis. O fluxo de um gozo sem limites vem se estabelecer, ordenar e prosperar como uma forma mortífera do laço social, da onipotência que parece advir, de fato, do traço bárbaro. Essa forma mortífera irrigou a quimera que teceu a tela do extermínio: o hibridismo do dever burocrata, da avidez mercantil e da violência do marginal.

Um ano depois da ascensão dos nazistas ao poder, em 1934, Freud acrescentou a frase conclusiva de **O mal-estar na civilização**: “Agora, só nos resta esperar que o outro dos dois ‘poderes celestes’, o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário” (Freud, 1929, p. 170-171).

Na perpetuação da lição freudiana, precisamos hoje entrever como as formas imortais do traço bárbaro se acumulam sem serem substituídas por outras. Acima das formas ancestrais da heroicização da violência, ainda ativas ou mesmo reativadas, a agressividade do poder absoluto é eufemizada e dissimulada sob o escudo e a máscara da compaixão.

“Precisamos de uma ciência política nova para um mundo completamente novo”, recomendava Alexis de Tocqueville, “mas com isso quase não sonhamos; situados bem no meio de um rio veloz, fixamos obstinadamente os olhos em alguns galhos ainda visíveis na margem, enquanto a corrente nos leva e nos empurra pouco a pouco para os abismos”.

Polimorfia da quimera: apresentados doravante nas versões contratuais da oferta do mercado democrático, o *Lebensborn* e o Castelo de Hartheim, rascunhos totalitários, não estariam retornando, sem saber, nas corporações da procriação seletiva, da medicina preditiva, da clonagem anunciada e suas potencialidades coisificantes?

É o caso de perguntarmos: será que o exercício da democracia consiste, de fato, pela eufemização e sob o escudo da compaixão, em se auto-aplicar coletivamente, nas versões contratuais, aquilo que se tinha inicialmente eliminado na ferocidade e no terror?

Convém meditar sobre uma imagem emblemática incurável: era sob a camuflagem de uma ambulância com as cores da Cruz Vermelha que o gás Zyclon B era entregue em Auschwitz.

Pierre Legendre observou, em **La 901^{ème} conclusion**, que “o nazismo constituiu para o Ocidente um marco histórico e um episódio de desestruturação do qual as sociedades contemporâneas ainda são devedoras”. Seria sem dúvida tempo de levar plenamente em conta a proposta de reformulação do mandamento “Ama teu próximo como a ti mesmo”, citado por Freud. Gunther Anders sugere a seguinte fórmula: “Inquieta teu próximo como a ti mesmo”.

E dirijamos a atenção – desta vez, a tempo – ao alerta do poeta: “I’ve seen the future, brother: it’s murder” (Leonard Cohen, **The future**).

RÉSUMÉ

Longtemps, dans la littérature psychanalytique, le texte de S. Freud “Psychologie des masses et analyse du moi” semblait le plus apte à nous servir de guide pour attraper ce non-pensé que fut l’événement nazi. L’auteur, ici, invite à une autre approche. Partant de **Malaise dans la Culture** et de l’alerte freudienne sur la question de l’agressivité il propose d’aller identifier le “chiffre criminel”, le “trait barbare” du nazisme, en dégagant les homologues structurales entre monde du crime (gangsters, mafias, “société des amis du crime” sadienne) et nazisme. À partir de leurs modus operandi et leurs manières “d’être au monde”.

Mots-clé: Mafias; Nazisme; Heroisation de la violence; Trait barbare.

Referências bibliográficas

ARLACCHI, Pino. **Mafia et compagnies, l’éthique mafieuse et l’esprit du capitalisme**. Grenoble: PUG, 1986.

ARLACCHI, Pino. **Les hommes du déshonneur**. Paris: Ed. Albin Michel, 1992.

CHALAMOV, Varlam. **Essais sur le monde du crime**. Paris: Gallimard, 1993.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII, Editora Imago, 1929.

FROST, Brian. **Book of the werewolf**. London: London Sphre Books, 1973.

KOGON, Eugen. **L’État S.S.** Paris: Seuil, 1970.

MANCHESTER, William. **Winston Churchill**. v. 2: L’épreuve de la solitude – 1932-1940. Paris: Robert Laffont, 1990.

RAUSCHNING, Hermann. **Hitler m’a dit**. Paris: Ed. de la Coopération, 1939.

RAUSCHNING, Hermann. **La révolution du nihilisme**. Paris: Gallimard, 1980.

REICHEL, Peter. **La fascination du nazisme**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1993.